

INFORMATIVO MARÍTIMO

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS



**Brasil tem
Amazônia Azul
ampliada**

Diretoria de Portos e Costas

MARES & RIOS
seguros e limpos



Acesse o site da Diretoria de Portos e Costa

www.marinha.mil.br/dpc/

Expediente



O Informativo Marítimo é uma publicação editada pela Diretoria de Portos e Costas. Suas edições podem ser acessadas através da página da DPC na Internet. A reprodução total ou parcial deste Informativo está autorizada desde que mencionada a origem.

Inf. Mar. Rio de Janeiro | V. 30 N° 1 | P. 1 - 26 | abr/jun 2019 | ISSN 1806-6887 |

Diretor: V. Alte. Roberto Gondim Carneiro da Cunha

Assessora de Comunicação Social: CF (T) Maria Emília de Moura Estevão Padilha

Jornalista Responsável: 1º Ten (RM2-T) Roberto P. Leme

Colaboradores: CMG (RM1) Sidney da Silva Pessanha, Servidor Civil Mauro Soares, Funcionário Civil Vinícius Feher Pinto Ferreira, Jornal Pelicano e as ComSoc dos Distritos Navais, Capitânias, Delegacias e Agências que contribuíram com esta edição

Revisão Geral: CMG Roberto Pita Lopes Medeiros, SC Nathália Rose Nery

Projeto Gráfico: 2º SG (MR) Leonardo Campello da Rosa

Diagramação: 2º SG (MR) Leonardo Campello da Rosa, MN (RM2) Pedro Henrique Diniz Chagas

NESTA EDIÇÃO

Autoridade Marítima

04. Mensagem do Diretor
05. Baía de Guanabara terá ampliados sistemas de segurança
06. Brasil tem Amazônia Azul ampliada
08. Reunião Funcional de Capitânias é realizada em Porto Velho
09. Marinha realiza seminário sobre administração portuária
09. Marinha participa de Congresso Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário e Aquaviário
10. Marinha participa do Seminário Ecobrasil 2019
10. Autoridades discutem navegação nas hidrovias de Mato Grosso
11. DelCuiabá é elevada à Capitania Fluvial de Mato Grosso
12. DPC promove reunião com ANTAQ para tratar da implementação da Seção Nacional da Pianc
12. Capitania Fluvial do Pantanal ganha simulador
13. Frente da Marinha Mercante é lançada em Brasília
14. Marinha promove curso para indígenas
15. DPC promove Seminário de Direito Marítimo
16. Diretoria de Portos e Costas completa 112 anos

Comunidade Aquaviária

18. DHN renova acordo de cooperação com o RUMAR
19. ANP publica resolução sobre combustíveis em embarcações
19. ANTAQ disponibiliza estudo sobre regulação de preços de serviços públicos autorizados na navegação interior

Notícias Internacionais

20. Brasil participa de eventos na IMO
20. DPC recebe visita de delegação da Guarda Costeira dos EUA
21. A Organização Marítima Internacional e o lixo plástico e microplástico marinho

Ensino Profissional Marítimo

24. Alunos da EFOMM juram à Bandeira
25. 42ª MercNav
25. Processo Seletivo da EFOMM

Entre em contato

<https://www.marinha.mil.br/dpc/>
dpc.faleconosco@marinha.mil.br

Sugestões, comentários ou críticas serão muito bem-vindos!

MENSAGEM DO DIRETOR



É sempre motivo de grande alegria apresentar mais uma edição do nosso Informativo Marítimo. Nela destaco a recente ampliação da Amazônia Azul, conquista que legitimou ao Brasil incorporar 170.000 km² de área de Plataforma Continental, além da Zona Econômica Exclusiva, próxima à Região Sul do país. A recomendação foi publicada pela Comissão de Limites da Plataforma Continental no seu portal da ONU, justamente em um dia emblemático, 11 de junho, Data Magna da Marinha do Brasil.

A proteção de nossas águas e dos recursos naturais existentes nos oceanos passa pelo combate à poluição e pela conscientização da sociedade acerca da preservação ambiental. Nesse sentido, trazemos em nossas páginas um artigo de fundamental importância sobre a Organização Marítima Mundial e o lixo plástico e microplástico marinho.

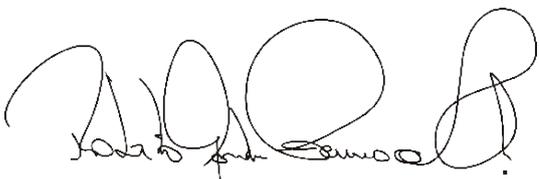
Não poderia deixar de destacar a celebração de mais um aniversário da Diretoria de Portos e Costas, que esse ano completou 112 anos de serviços prestados em prol da segurança da navegação. A cerimônia ganhou ainda mais brilho diante da presença de oito ex-Diretores, dentre os quais o Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior, e toda a tripulação da DPC.

No campo do Ensino Profissional Marítimo, a formatura de novos alunos das EFOMM nos enche de orgulho e esperança por dias mais promissores para a Marinha Mercante Brasileira, segmento imprescindível para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Desejo a todos uma boa navegação em nossas páginas.

Por mares e rios sempre seguros e limpos.




ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CÚNHA

Vice-Almirante
Diretor de Portos e Costas

Baía de Guanabara terá ampliados sistemas de segurança

A Marinha, a Companhia Docas do Rio de Janeiro e os terminais privados do Porto do Rio estão elaborando estudos para adotar sistemas de segurança na Baía de Guanabara, que, além de buscar a melhoria no gerenciamento do tráfego marítimo, pretende ampliar o calado (termo que define a distância entre a profundidade do ponto mais baixo da quilha de uma embarcação e a superfície da água) da região para permitir a navegação de navios maiores nas suas águas.

A informação foi dada pelo Capitão da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, Capitão de Mar e Guerra André Luiz de Andrade Félix, durante a nona edição do Seminário Ação Ambiental, que teve como tema Soluções Sustentáveis para a Baía de Guanabara, organizado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), na sede da entidade, em 24 de junho de 2019

O Comandante disse que o projeto começou em janeiro e o trabalho desenvolve três sistemas. O que trata do calado dinâmico já está em avaliação há algum tempo e atualmente é utilizado para a segurança de navegação, não para aumentar o calado, mas para garantir que os navios que entram na Baía de Guanabara estão dentro das normas e, além disso, não causem acidentes.

Observação ambiental

Já quando passar a operar na função de aumentar o calado, haverá a observação ambiental constante para permitir a entrada de navios maiores na Baía de Guanabara.

“Navios com calado maior trarão mais cargas e sairão também mais carregados. Este é o propósito básico de fomentar a economia. Está em testes. Vamos entrar em fase de homologação do sistema (pela Marinha) que está sendo utilizado na baía. Vai ser feita uma fase de comparação de dados ambientais entre o que é efetivamente lido pelo sistema e o que é lido pelo navio, de forma que se faça um cruzamento de informações para ter mais precisão. Estamos esperando a importação de equipamentos pela empresa responsável pelo sistema para colocar nos navios e fazer as medições e o check das informações”, adiantou o Capitão dos Portos.

O outro sistema, segundo o Comandante, é mais simples teoricamente e fará uma espécie de balizamento mais eficaz dos dois canais de navegação da Baía de Guanabara, tanto o da Barra Grande que fica entre a Ilha de Cotunduba e a Fortaleza de Santa Cruz e o Canal de Cotunduba, localizado entre o ponto do Leme, o Pão de Açúcar e a Ilha.

“Aparentemente visa aumentar a segurança desses canais, principalmente o da Cotunduba, que é muito apertado e bem restrito, uma vez que o navio entre não tem como escapar. Isso necessita que o balizamento seja muito bem feito e coordenado”, contou.

Marinha, Companhia Docas do Rio de Janeiro e terminais privados do Porto do Rio estudam melhorias na segurança da Baía de Guanabara. ►

Imagem: Tânia Rêgo/Agência Brasil

Tráfego marítimo

O terceiro sistema independe dos outros dois, mas vai ser muito importante para o apoio da instalação chamada de VTMS (*Vessel Traffic Management System*), que serve para gerenciamento de tráfego marítimo.

“Isso também depende da Companhia Docas e está sendo estudada a melhor maneira de implementar esse sistema e de como ele vai ser guarnecido, ou seja, quem vai efetivamente fazer o trabalho de gerenciar o tráfego marítimo, quem será o operador como se fosse um tráfego aéreo”, revelou.

Segundo o Capitão dos Portos, com a implantação do sistema haverá um controle maior das embarcações que entram e saem da Baía de Guanabara.

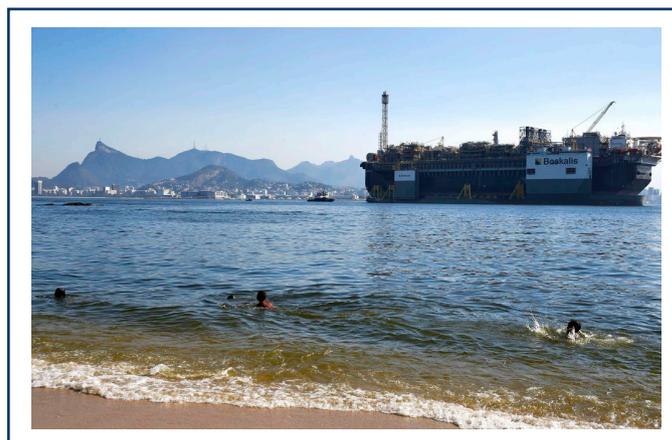
“Por exemplo, se tiver um pesqueiro em um canal desse pode tornar o acesso muito perigoso, então, tem que ter uma medida mitigatória para este risco. Entrar com um navio em um canal apertado também gera risco e exige um gerenciamento maior”, disse, acrescentando que ainda não é possível avaliar quando os três sistemas já estarão em operação.

Crimes ambientais

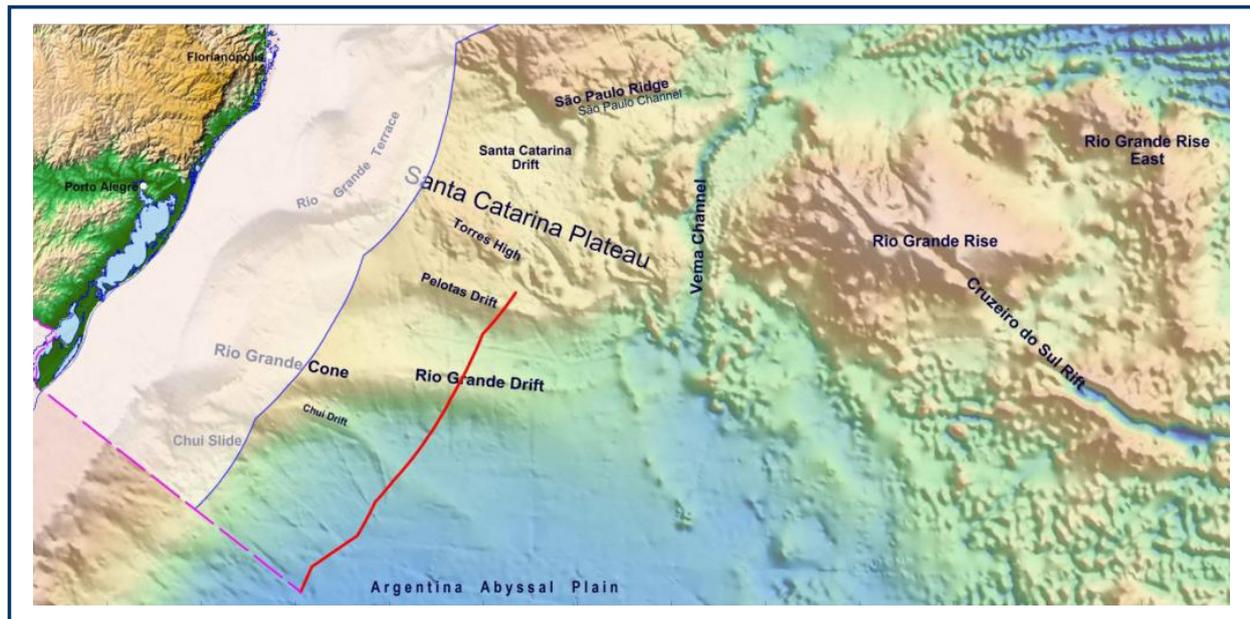
O Comandante informou ainda que o combate aos crimes ambientais também na Baía de Guanabara depende basicamente de denúncias e, no caso de uma mancha de óleo, ocorre depois que ela vaza, mas preventivamente são realizadas inspeções nos navios que chegam.

“Existe uma lista a ser seguida com regras internacionais, criadas pela IMO (International Maritime Organization-Agência Especializada da ONU), que seguem os itens a serem inspecionados para garantir que aquele navio não vai causar nenhuma poluição, vai entrar e sair de qualquer um dos portos brasileiros e que sua tripulação tenha uma situação mínima de conforto também prevista por regras internacionais”, afirmou. ☀

Fonte: Agência Brasil



Brasil tem Amazônia Azul ampliada



▲ Ampliação da área da Amazônia Azul ocorreu na Plataforma Continental da Região Sul

No dia 11 de junho, Data Magna da Marinha, a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) publicou, em seu portal da Organização das Nações Unidas (ONU) na internet, recomendação na qual legitimou ao Brasil incorporar 170.000 km² de área de Plataforma Continental, além da Zona Econômica Exclusiva.

O processo de estabelecimento do limite exterior da Plataforma Continental do Brasil foi iniciado em 1987, por meio do trabalho de levantamentos de dados. Em 2007, fruto da primeira submissão de pleitos, depositados em 2004, o Brasil recebeu, da CLPC, o Relatório de Recomendações no qual aquela Comissão endossou cerca de 80% da proposta brasileira.

No dia 25 de agosto de 2015, no plenário da ONU, em Nova Iorque, a Delegação Brasileira, se-

guindo o protocolo estabelecido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, procedeu à apresentação da Submissão Parcial revista do Brasil cobrindo a Região Sul da margem brasileira, para os 21 peritos da CLPC. Naquela oportunidade, foram enfatizados os aspectos técnicos e legais que o Brasil baseava-se para justificar o limite exterior proposto da plataforma continental.

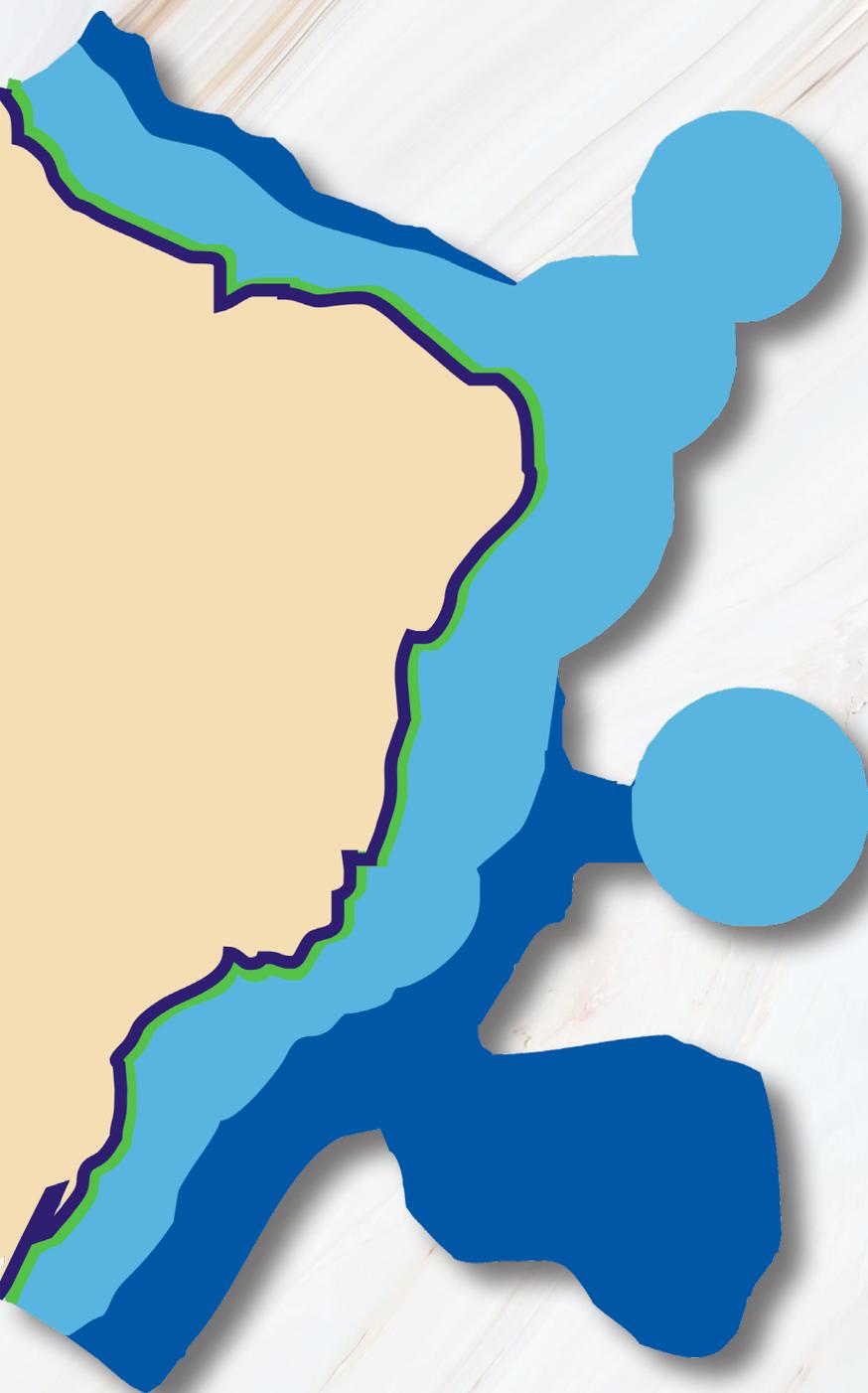
Ao longo das sessões de trabalho da CLPC, em Nova Iorque, ocorreram reuniões de trabalho da Delegação Brasileira com os peritos da CLPC designados para conduzir a análise da Submissão da Região Sul, na qual foram respondidas e esclarecidas questões que levaram àquela Comissão a aceitar e recomendar que o Brasil adotasse o limite exterior da plataforma continental na Região Sul exatamente como consta na submissão apresentada.

Amazônia Azul

O Brasil possui o direito de explorar uma extensa área oceânica, com cerca de 5,7 milhões de km², o que equivale a, aproximadamente, metade da nossa massa continental. Buscando alertar a sociedade sobre a importância estratégica desse imenso espaço marítimo, a Marinha do Brasil passou a denominá-lo "Amazônia Azul".

No mar estão as reservas do pré-sal e dele retiramos cerca de 85% do petróleo, 75% do gás natural e 45% do pescado produzido no País. Por nossas rotas marítimas, escoamos mais de 95% do comércio exterior brasileiro. Nessa área existem recursos naturais e uma rica biodiversidade ainda inexplorados.

Portanto, é imprescindível termos a consciência do enorme patrimônio existente em nossas águas e a imperiosa necessidade de proteger e preservar esse tesouro que, mesmo ainda incalculável, pertence ao Brasil e a todos os brasileiros. ✨



MAR TERRITORIAL (MT) – estende-se das linhas de base adotadas pelo Estado costeiro até a extensão máxima de 12 M (22km). No mar territorial, o Estado costeiro exerce soberania plena sobre a massa líquida e o espaço aéreo sobrejacente ao mar territorial, bem como ao leito e subsolo deste mar. (Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar, Artigos 2 a 4)

ZONA CONTÍGUA - a convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar permite que o Estado costeiro mantenha sob seu controle uma área de até 12 milhas náuticas, adicionalmente às 12 milhas do mar territorial, para o propósito de evitar ou reprimir as infrações às suas leis e regulamentos aduaneiras, fiscais, de imigração e sanitários no seu território ou mar territorial.

ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA (ZEE) – estende-se até a distância máxima de 200 M (370km) medida a partir das linhas de base adotadas pelo Estado costeiro. Na Zona Econômica Exclusiva, o Estado costeiro tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, e no que se refere a outras atividades com vista à exploração e aproveitamento da ZEE para fins econômicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos. Também tem jurisdição no que se refere à: 1) colocação e utilização de ilhas artificiais, instalações e estruturas; 2) investigação científica marinha; 3) proteção e preservação do meio marinho (Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar, Artigos 55 a 57).

PLATAFORMA CONTINENTAL (PC) – a ser estabelecida conforme os critérios técnicos e condicionantes do Artigo 76 da Lei do Mar. Na plataforma continental, o Estado costeiro exerce direitos de soberania para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais, que são os recursos minerais e outros recursos vivos do leito do mar e subsolo bem como os organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias, isto é, aquelas que no período de captura estão imóveis no leito do mar ou no seu subsolo ou só podem mover-se em constante contato físico com esse leito ou subsolo. Os direitos do Estado costeiro na plataforma continental são exclusivos no sentido de que, se o Estado costeiro não explora a plataforma continental ou não aproveita os recursos naturais da mesma, ninguém pode empreender estas atividades sem o expresse consentimento desse Estado. Nos termos da Convenção, os direitos do Estado costeiro sobre a plataforma continental são independentes da sua ocupação, real ou fictícia, ou de qualquer declaração expressa (Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar, Artigos 76 e 77).

Reunião Funcional de Capitânicas é realizada em Porto Velho

Nos dias 20, 21 e 22 de maio, foi realizada a Reunião Funcional dos Capitães dos Portos do Grupo Norte, na Delegacia Fluvial de Porto Velho (RO). Promovida pela Diretoria de Portos e Costas (DPC), com participação da Diretoria-Geral de Navegação (DGN) e dos Comandos do 4º e 9º Distritos Navais, a reunião teve como propósito discutir ações para padronizar os procedimentos co-

muns às Capitânicas, Delegacias e Agências da área.

O encontro contou com palestras para tratar de assuntos como a segurança da navegação, o ensino profissional marítimo, a formação de aquaviários, a prevenção da poluição hídrica causada por navios, plataformas e instalações de apoio, não se limitando apenas a estes temas.

Participaram do encontro o Diretor de Portos e Costas, o Comandante do 9º Distrito Naval, os Capitães dos Portos do Amapá, Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental, Maranhão, Piauí, Santarém, Tabatinga, da Delegacia Fluvial de Porto Velho, das Agências Fluviais de Guajará-Mirim e Humaitá, além de Oficiais da DGN, da DPC, do Com4ºDN e do Com9ºDN. ✱



▲ Participantes da Reunião Funcional do Grupo Norte na DelPVelho



Marinha realiza seminário sobre administração portuária

A Marinha do Brasil, por meio da Diretoria de Portos e Costas (DPC), promoveu, no dia 27 de maio, no Centro de Convenções RBl, no Rio de Janeiro, o Seminário Modelo de Administração Portuária Landlord: Oportunidades e Desafios.

Tendo em vista a importância estratégica dos portos brasileiros para o crescimento econômico do país, o Seminário promovido pela DPC teve como propósito apresentar a visão de diversos segmentos do setor portuário quanto ao modelo de administração dos portos utilizado no Brasil.

O evento contou com palestras de representantes do governo, dos empregadores e dos trabalhadores, tais como o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), o Diretor Presidente da Associação dos Terminais Portuários Privados (ATP), o Presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP), entre outros atores.

Na ocasião, o Diretor de Portos e Costas destacou a importância do Seminário como uma oportunidade para promover a sinergia e experiências que resultem em melhorias nas políticas destinadas ao setor portuário brasileiro. ✧



▲ Diretor-Geral da ANTAQ, Mario Povia, foi um dos palestrantes do evento

Marinha participa de Congresso Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário e Aquaviário



▲ Comandante Mauro (DPC) durante apresentação no V Congresso Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário e Aquaviário

No período de 11 a 13 de junho, na cidade de Recife (PE), a Marinha do Brasil, representada pela Diretoria de Portos e Costas (DPC), participou do V Congresso Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário e Aquaviário, cujos principais propósitos foram promover o intercâmbio de informações técnico-científicas relativas à segurança e saúde no trabalho portuário e aquaviário e compartilhar experiências exitosas sobre prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho desses segmentos laborais.

Na ocasião, os Oficiais da DPC, Capitão de Mar e Guerra (RM1) Mauro José Rocha de Araujo e Capitão de Fragata (RM1-T) Álvaro Diniz de Carvalho realizaram apresentação sobre o tema “A contribuição normativa da Marinha do Brasil para a segurança e saúde no trabalho aquaviário”, suscitando grande interesse por parte do público presente, composto por representantes do governo, empregadores e trabalhadores.

Durante o Congresso, foram apresentados e debatidos diversos temas de interesse da Autoridade Marítima, com destaque para a capacitação e a qualificação dos trabalhadores portuários e aquaviários, segurança nas hidrovias, importância da Convenção do Trabalho Marítimo (MLC 2006) da Organização Internacional do Trabalho, condições de trabalho nas atividades de pesca e mergulho, saúde do trabalhador portuário e aquaviário e acidentes por escalpelamento nos rios da Amazônia. ✧

Marinha participa do Seminário Ecobrasil 2019

Foi realizado, nos dias 14 e 15 de maio, no Rio de Janeiro (RJ), o Ecobrasil 2019 – 15º Seminário Nacional sobre Indústria Marítima e Meio Ambiente, que este ano teve como centro dos debates a relação entre porto e cidade e o combate à poluição hídrica. A exemplo das edições anteriores, a Marinha do Brasil (MB) mais uma vez participou do evento, por meio das presenças do Diretor de Portos e Costas (DPC), Vice-Almirante Roberto Gondim Carneiro da Cunha, do Superintendente de Meio Ambiente da DPC, Contra-Almirante (RM1) Rodolfo Henrique de Sa- boia, e da Capitã de Fragata (T) Maria Cecília Trindade de Castro, que palestrou sobre o tema: “Bioinvasão por Água de Lastro”.

A Oficial da DPC destacou o papel da MB no contexto ambiental e o compromisso da Autoridade Marítima em colaborar para o aprimoramento de normas que garantam

a segurança do tráfego aquaviário e a redução da poluição causada por navios, plataformas e suas instalações de apoio, dentre as quais as medidas para combater a contaminação de nossas águas por organismos contidos na água de lastro.

Durante o evento, o Porto de Imbituba foi agraciado com o Prêmio Portos e Navios de Responsabilidade Socioambiental, distinção criada em 2018 para laurear projetos de responsabilidade socioambiental desenvolvidos por um terminal ou autoridade portuária.

Além da MB, participaram do seminário representantes de organizações como a Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade de São Paulo (USP), Conselho Nacional de Praticagem (CONAPRA), entre outras. ✨

Autoridades discutem navegação nas hidrovias de Mato Grosso

O Comandante de Operações Navais da Marinha do Brasil (MB), Almirante de Esquadra Leonardo Puntel, e o Comandante do 6º Distrito Naval, Contra-Almirante Carlos Eduardo Horta Arentz, reuniram-se, na tarde do dia 26 de abril, no gabinete do Governador de Mato Grosso (MT), Mauro Mendes, em Cuiabá-MT.

A visita institucional tratou da atuação do Comando do 6º Distrito Naval (Com6ºDN) no Estado, com a recente elevação da Delegacia Fluvial de Cuiabá à classificação de Capitania de 3ª Classe.

A viabilidade de navegação e transporte de mercadorias nas hidrovias de MT e os impactos no segmento econômico do Estado, bem como a importância da MB e da Capitania Fluvial de Mato Grosso na atividade foram alguns dos temas discutidos.

Participaram da reunião, ainda, o Capitão dos Portos do Pantanal, Capitão de Fragata Fábio Cândido da Silva e o Capitão dos Portos de Mato Grosso, Capitão de Corveta Thiago Cristiano Muniz Santos. ✨



◀ CF (T) Maria Cecília (DPC) junto às representantes do Porto de Imbituba, ganhador do Prêmio Portos e Navios de Responsabilidade Socioambiental

DelCuiabá é elevada à Capitania Fluvial de Mato Grosso

A Marinha do Brasil (MB) elevou a Delegacia Fluvial de Cuiabá à classificação de Capitania de 3ª Classe, com denominação de Capitania Fluvial de Mato Grosso (CFMT). A cerimônia foi realizada no dia 26 de abril, na sede da organização militar, em Cuiabá-MT.

O evento foi presidido pelo Comandante de Operações Navais, Almirante de Esquadra Leonardo Puntel, e contou com a presença do Comandante do 6º Distrito Naval, Contra-Almirante Carlos Eduardo Horta Arentz, e autoridades militares e civis do Estado de Mato Grosso.

“A história de crescimento da Capitania acompanha a evolução e o desenvolvimento político-econômico-social da região, que vêm ocorrendo de forma significativa ao longo dos últimos anos e mantém ligação estreita com as atividades marítimas. A garantia da seguran-

ça do tráfego aquaviário, a salvaguarda da vida humana nos leitos dos rios e a prevenção da poluição das bacias hidrográficas na região tornam-se um constante desafio. O crescimento do número de embarcações confere responsabilidade ainda maior à Capitania Fluvial de Mato Grosso, que precisa se fazer presente tanto por meio de fiscalizações quanto no atendimento às demandas de Ensino Profissional Marítimo”, declarou o Almirante de Esquadra Puntel.

Segundo o Contra-Almirante Arentz, “a elevação se concretizou em função da importância representativa e da intensa e crescente atividade fluvial e náutica esportiva exercidas no estado de Mato Grosso”. Atualmente, mais de 14 mil embarcações estão inscritas na CFMT. A área de jurisdição abrange 141 municípios e possui aproximadamente 909.000 km², contando com as bacias do Paraguai,

Teles Pires, Araguaia e Guaporé.

“O objetivo é estabelecer uma nova estrutura administrativa que se adequa ao contexto atual e continue a orientar, coordenar e fiscalizar o cumprimento das normas do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário”, completou o Contra-Almirante Arentz.

“Cidadão Cuiabano”

No mesmo dia, na sede da CFMT, o vereador Luis Cláudio de Castro Sodré, representando a Câmara Municipal de Cuiabá, entregou o Título de Cidadão Cuiabano ao Almirante Puntel, ao Almirante Arentz e ao Capitão dos Portos do Pantanal, Capitão de Fragata Fabio Cândido da Silva.

O título é uma homenagem aos cidadãos que possuem histórico relevante de serviços prestados à sociedade cuiabana. ✨



◀ Almirante de Esquadra Puntel, Contra-Almirante Arentz e Capitão de Corveta Cristiano durante descerramento de placa

DPC promove reunião com ANTAQ para tratar da implementação da Seção Nacional da Pianc

No dia 02 de maio, a Diretoria de Portos e Costas (DPC) recebeu o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Mário Povia, acompanhado de comitiva, para um encontro que teve o propósito de apresentar a visão da DPC quanto à necessidade da criação da Seção Nacional da Pianc (*Permanent International Association of Navigation Congresses*). A Pianc é a organização global que fornece orientação para a infraestrutura de transporte marítimo sustentável de portos e hidrovias. É também um fórum em que profissionais de todo o mundo se unem para prestar consultoria especializada em infraestrutura econômica com o intuito de desenvolver o transporte aquaviário. A ANTAQ é membro qualificado da Pianc, enquanto a DPC é membro corporativo.

O foco da criação da Pianc diz respeito, sobretudo, à possibilidade de maior interação nas discussões técnicas necessárias entre todos os envolvidos nos pedidos e nas análises dos processos de obras portuárias, de simulações, incluindo avaliação de alteração de parâmetros opera-

cionais.

Durante o encontro, o Diretor de Portos e Costas, Vice-Almirante Roberto Gondim Carneiro da Cunha, abordou pontos importantes das atribuições da Autoridade Marítima Brasileira, inclusive quanto à inclusão de referência bibliográfica da Pianc nas Normas da Autoridade Marítima, atendendo as recomendações das Circulares da IMO.

Na ocasião, a Encarregada da Divisão de Prevenção da Poluição da DPC, Capitão-Tenente (T) Adriana Pina, palestrou sobre a relevância do estabelecimento da Seção Nacional da Pianc para o crescimento do transporte aquaviário, sem comprometimento da segurança da navegação. Durante a apresentação foram discutidos quais os procedimentos necessários para a criação da referida seção. ✨

Diretor de Portos e Costas, Valte Roberto, reunido com o Diretor-Geral da ANTAQ, Mário Povia, a Chefe de Gabinete e a Coordenadora de Relações Internacionais da Agência, Jacqueline Wendpap e Ana Higa, respectivamente



Capitania Fluvial do Pantanal ganha simulador

No dia 29 de abril, o Diretor-Geral de Navegação (DGN), Almirante de Esquadra Leonardo Puntel, inaugurou as instalações do Simulador de Operações de Rádio e Radar para cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM) da Capitania Fluvial do Pantanal (CFPN), organização militar subordinada ao Comando do 6º Distrito Naval (Com6ºDN).

Com a ferramenta, os aquaviários na categoria de Contramestre e de Mestre Fluvial (MFL), para subir de categoria, poderão realizar, em Corumbá-MS, as duas fases do curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários: módulo a distância e o ensino prático.

O Almirante de Esquadra Puntel explicou que, antes, após finalizarem a primeira etapa, os aquaviários precisavam ir até o Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA), em Belém (PA), para a fase presencial. "A tendência é aumentar a quantidade de Contramestre na região, porque muitos deixavam de se inscrever pela dificuldade em ir até o Pará. A expectativa agora é qualificar o maior número de alunos para conduzir embarcações de maior porte e capacidade de carga. Com isso, teremos mais possibilidade de emprego, renda e, principalmente, a garantia da segurança da navegação", afirmou o Almirante Puntel.

No simulador, serão ministrados o Curso Especial Prático de Operador Radar e o Curso Especial de Radioperador Restrito como parte presencial do Curso APAQ, que tem o objetivo de familiarizar o aluno com a operação do radar e comunicações, empregando-os como auxílio à navegação, à manobra da embarcação e na operação de equipamentos de comunicações rádio. Durante os exercícios, os alunos serão treinados em navegação radar, utilizando-se de cartas eletrônicas. ✨

Frente da Marinha Mercante é lançada em Brasília



◀ Comandante da Marinha participou do evento, em Brasília

mercantil Marítimo em vigência no país data de 25 de junho de 1850, necessitando de importantes atualizações.

Segundo o deputado Hugo Leal, os investimentos realizados na Marinha Mercante são baixos. "Estamos perdendo postos de trabalho por causa da disputa internacional. Temos que tratar essa matéria com muita seriedade e muito foco. Não é por acaso que estamos fazendo o lançamento desta Frente Parlamentar", afirmou.

O vice-presidente de Assuntos de Hidrovias, Transporte Fluvial e Escoamento de Produção, senador Wellington Fagundes (PR-MT), elencou suas prioridades para alavancar o setor de transporte aquaviário no país, apontando como fundamentais a construção e modernização de portos e terminais, a desburocratização do "Porto sem Papel" e atração de investimentos internacionais. ✨

Fonte: Portogente

Foi realizada, no dia 28 de maio, no Clube Naval de Brasília, a cerimônia de lançamento da Frente Parlamentar Mista da Marinha Mercante Brasileira. O evento contou com as presenças do Presidente Jair Messias Bolsonaro, do Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior e de representantes de entidades como a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM), Praticagem de São Paulo, Federação Nacional dos Operadores Portuários (FENOP), entre ou-

tras. A criação da Frente tem como objetivo discutir e propor políticas públicas para desenvolver as atividades marítimas e navais no país.

A mesa diretora tem na presidência o Deputado Federal Hugo Leal (PSD-RJ) e nove vice-presidências ocupadas por parlamentares. Principal foco da nova Frente, o transporte marítimo é responsável por mais de 90% das operações de comércio exterior envolvendo o Brasil. Apesar de sua importância, a regulação do setor ainda é bastante questionada e parte do Código Co-

Encontra-se disponível no Portal da Marinha na Internet, o link para o site do NavegaReserv@, onde os militares da Reserva e Reformados poderão ter acesso a dados de seu interesse e a oportunidade de apresentar suas perguntas/sugestões para a Força. Acesse: www.marinha.mil.br/navega-reserva

Marinha promove curso para indígenas



◀ Instrutores da Agência Fluvial de São Félix do Araguaia, indígenas e ribeirinhos do município de São José do Xingu-MT

te e Matupá, todos pertencentes ao estado de Mato Grosso. Durante o curso, foram ministradas aulas de navegação, manobras da embarcação, construção de embarcações fluviais, estabilidade, manuseio de cargas, primeiros socorros, motor propulsor, sistemas auxiliares e legislação.

O Agente de São Félix do Araguaia, Capitão-Tenente Jaecy Fonseca de Medeiros, ressalta que a profissionalização de novos aquaviários proporciona a inserção no mercado formal de trabalho de indígenas e ribeirinhos, contribuindo para o crescimento socioeconômico da região do Xingu, além de disseminar a mentalidade de segurança da navegação, salvaguarda da vida humana e prevenção à poluição dos rios. ✽

O Comando do 6º Distrito Naval, por meio da Agência Fluvial de São Félix do Araguaia (AgSF Araguaia), organização militar subordinada à Capitania Fluvial de Mato Grosso, realizou, no período de 22 a 28 de abril, no município de São José do Xingu-MT, o Curso de Formação de Aquaviários para Marinheiros Fluviais Auxiliares de Convés e Máquinas.

A equipe de instrutores da AgSF Araguaia, com apoio das Secretarias de Agricultura e Assuntos Indígenas do município, além de atender a população ribeirinha de São José do Xingu, ministrou aulas na aldeia indígena Piraçu, distante 42 Km, contemplando indígenas de aldeias do Parque Nacional do Xingu, localizadas nos municípios de Alta Floresta, Garantã do Nor-

Foram qualificados 30 indígenas e ribeirinhos locais para exercerem atividades profissionais como Aquaviários do Grupo de Fluviários, atendendo a necessidade de tripulantes habilitados para embarcações propulsadas, de pequeno e médio porte, que executam transporte de carga e passageiros e são empregadas na navegação fluvial, assim como para a balsa que realiza a travessia do Rio Xingu, integrando a rodovia MT-322.

▶ Foram ministradas aulas na aldeia indígena Piraçu, contemplando indígenas de aldeias do Parque Nacional do Xingu



DPC promove Seminário de Direito Marítimo



◀ Participantes do 4º Seminário de Direito Marítimo promovido pela DPC

no Direito Marítimo Brasileiro. As palestras também incluíram temas envolvendo a Convenção sobre Embargo Preventivo de Navios, estudos acerca do Protocolo à Convenção Internacional sobre responsabilidade e compensação por danos relativos ao transporte por mar de substâncias potencialmente perigosas e nocivas, 1996, a HNS 2010, e as coberturas P&I aplicáveis aos acidentes e às citadas Convenções.

Com o propósito de fomentar e difundir o Direito Marítimo Brasileiro para a comunidade marítima nacional e para a Marinha do Brasil, a Diretoria de Portos e Costas (DPC) promoveu, no dia 17 de maio, na Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, o 4º Seminário de Direito Marítimo, que nesta edição teve como tema: "Convenções Internacionais: Aspectos Relevantes para o Transporte Marítimo".

A programação foi dividida em

dois painéis. O primeiro, "Acidentes Marítimos, Investigação de Acidentes, Salvamento Marítimo e Estudo de Caso: Vicuña", abordou aspectos que circunscrevem um acidente marítimo, com foco nas convenções da Organização Marítima Internacional (IMO).

O segundo painel, "MLC 2006, Arbitragem, HNS 2010 e Coberturas P&I Clubs", destacou a Convenção Internacional do Trabalho Marítimo (MLC 2006) e seus reflexos

Tais assuntos foram palestrados por convidados como o Presidente do Tribunal Marítimo, Vice-Almirante (RM1) Wilson Pereira de Lima Filho; o Presidente da Associação Brasileira de Direito Marítimo, Dr. Luis Felipe Galante; o Presidente do Instituto Ibero-Americano de Direito Marítimo, no Brasil, Dr. Bernardo Mendes Vianna; e demais especialistas no assunto.

Estiveram presentes, ainda, o ex-Juiz Presidente do Tribunal Marítimo, Vice-Almirante Marcos Nunes de Miranda, desembargadores, juízes, dentre outras autoridades civis, militares e advogados maritimistas residentes na área Rio e Estados da Federação.

Na oportunidade, o Diretor de Portos e Costas destacou a importância do Seminário e colocou a DPC à disposição para a realização de mais encontros que estimulem o aprimoramento dos conhecimentos atinentes ao Direito Marítimo. ☼



◀ Valte (RM1) Lima Filho realiza palestra na CPRJ

Diretoria de Portos e Costas completa 112 anos

No dia 11 de junho, a Diretoria de Portos e Costas (DPC) completou mais um ano de serviços em prol dos mares e rios seguros e limpos. Como parte das comemorações, foi realizada, no dia 17 de junho, no Edifício Barão de Ladário, no Rio de Janeiro-RJ, a cerimônia alusiva ao 112º aniversário da Organização Militar.

A solenidade contou com a participação de oito ex-Diretores da DPC, dentre os quais o Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Júnior. O então Diretor-Geral de Navegação, Almirante de Esquadra Leonardo Puntel e demais autoridades militares também prestigiaram o evento. Entre os ex-Diretores, estiveram presentes o Almirante de Esquadra Fortuna, o Almirante

de Esquadra Aurélio, o Vice-Almirante Obino, o Vice-Almirante Ozório, o Vice-Almirante Casales, o Vice-Almirante Paulo José e o Vice-Almirante Lima Filho.

Em seu pronunciamento, o Diretor de Portos e Costas, Vice-Almirante Roberto Gondim Carneiro da Cunha, lembrou as recentes conquistas da DPC, destacando o empenho da tripulação para atender às demandas relacionadas ao Poder Marítimo, que envolvem inúmeros desafios ligados à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e à preservação do meio ambiente marinho.

Na oportunidade, também foi realizada premiação aos militares e servidor civil padrão. O DPC

dedicou especial agradecimento ao Comandante da Marinha e ao Almirante Puntel pela honra de suas presenças à cerimônia e agradeceu aos eternos Diretores pelo reconhecido legado de competência e profissionalismo, que segundo ele é “marcado pelas ideias inovadoras, descortino e quebra de paradigmas que tornaram possíveis a DPC estar pronta para a era do conhecimento que ora entramos”.

Por fim, o Comandante da Marinha dirigiu-se à tripulação e reforçou o papel de destaque da DPC no âmbito da Autoridade Marítima, com crescente protagonismo nas questões relacionadas à Marinha Mercante, tão importante para o desenvolvimento econômico do país. ☼

Comandante da Marinha, DGN e DPC reunidos com eternos Diretores

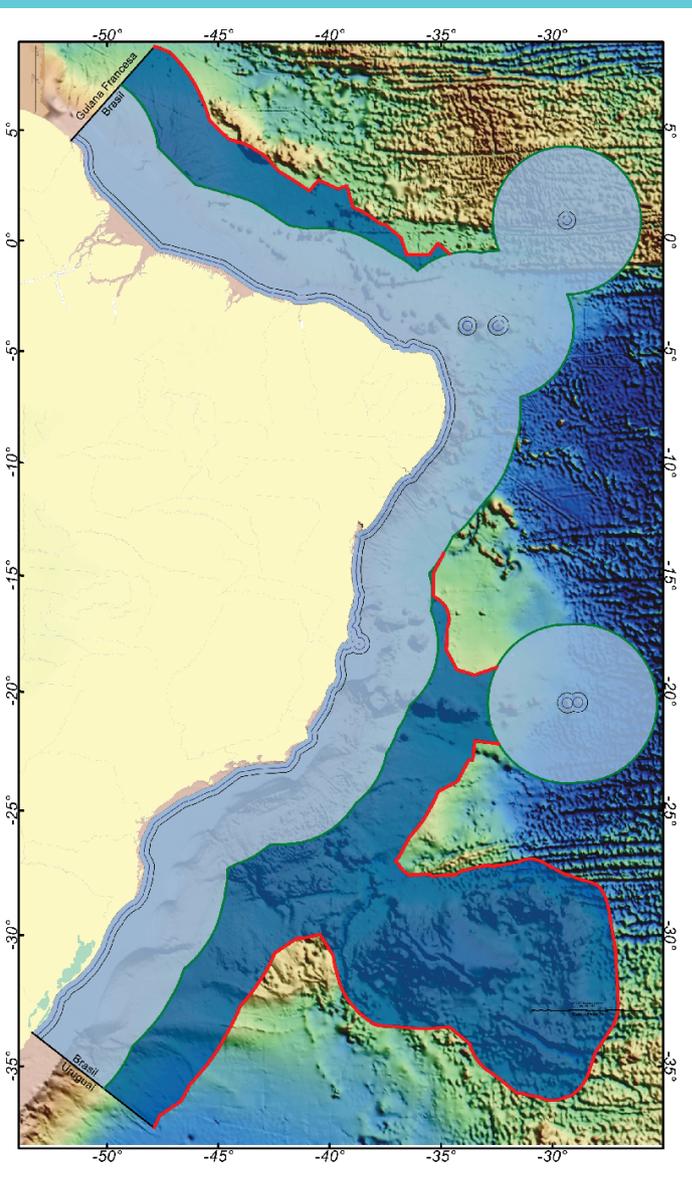


CENTRO DE EXCELÊNCIA PARA O MAR BRASILEIRO IDENTIDADE INSTITUCIONAL

O Cembra, organização sem fins lucrativos, tem por missão estimular, propor, coordenar e conduzir projetos e ações estruturantes relacionados ao estudo e aproveitamento do Mar Brasileiro, por meio da integração das partes interessadas, especialmente seguindo o modelo de tríplice hélice (governo-empresa-universidade), e aplicação dos conceitos de excelência, visando o desenvolvimento nacional nesse ambiente.

Visite o site do Centro (www.cembra.org.br). Dentre outras informações, existe o acesso à obra “O Brasil e o Mar no Século XXI” (cerca de vinte capítulos dedicados ao oceano) constantemente atualizada. Permite, também, acessar o Informativo Cembra, publicação periódica expedida a mais de mil destinatários no Brasil.

Fale conosco: cemarbra@gmail.com. Comentários, críticas e sugestões serão muito bem-vindos.





DHN renova acordo de cooperação com o RUMAR



A Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) renovou o acordo de cooperação com Instituto Rumo ao Mar (RUMAR), assinado originalmente em abril de 2014, para dar continuidade ao desenvolvimento, manutenção e atualização do aplicativo de informações de segurança marítima Boletim ao Mar, assim como a produção de conteúdo para o portal Rumo ao Mar.

O aplicativo Boletim ao Mar divulga informações meteorológicas e foi desenvolvido para dispositivos móveis e demais acessos por internet, tornando os produtos gerados pela DHN mais acessíveis aos usuários. No Portal Rumo ao Mar, a DHN continuará divulgando informações de Hidrografia, Meteorologia e Oceanografia.

O memorando foi assinado no Espaço da Memória Histórica da DHN, no Rio de Janeiro (RJ), pelo Diretor de Hidrografia e Navegação, Vice-Almirante Antonio Fernando Garcez Faria, e representantes do RUMAR. A parceria institucional entre a Marinha e o RUMAR ocorrerá através de intercâmbio científico e tecnológico, objetivando o incremento na qualidade das informações relacionadas à salvaguarda da vida humana no mar e à segurança da navegação, de responsabilidade da DHN.

O aplicativo Boletim ao Mar está disponível para download na internet, tanto para o sistema Android quanto para iOS e pode ser baixado em: <http://boletimaomar.com.br> ✱

ANP publica resolução sobre combustíveis em embarcações



A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) publicou no dia 23 de maio a Resolução nº 789/2019, que reduz o limite máximo do teor de enxofre dos óleos combustíveis marítimos para as embarcações que não dispuserem de sistema de limpeza de gases de escape.

A norma altera dispositivos da Resolução ANP nº 52/2010, que estabelece as especificações dos combustíveis destinados ao uso aquaviário.

Essa alteração atende à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (Marpol), da qual o Brasil é signatário. A ratificação da Convenção Marpol pelo Brasil se deu pelo Decreto Legislativo nº 499/2009. Como desdobramento, a Organização Marítima Internacional (IMO) limitou o teor de enxofre nos óleos utilizados em navios em 0,5% de massa a partir de 1º de janeiro de 2020, para as embarcações que não dispuserem de sistema de limpeza de gases de escape.

A regra tem como objetivo contribuir para a diminuição da emissão de gases poluentes, favorecendo o meio ambiente e a saúde das populações, em especial as que vivem próximas a portos e costas.

A Petrobrás garantiu que está apta a produzir bunker com baixo enxofre em volume suficiente para atender a demanda do Brasil a partir de janeiro de 2020, quando entra em vigor uma lei internacional que limita em 0,5% o teor de enxofre de embarcações, informou o diretor da ANP.✳

Fonte: ANP

ANTAQ disponibiliza estudo sobre regulação de preços de serviços públicos autorizados na navegação interior

A ANTAQ disponibilizou no site da Agência um estudo sobre regulação de preços de serviços públicos autorizados na navegação interior, com as seguintes metodologias: Análise de Determinação de Mercado Concentrado e Essencial e Análise das Justificativas de Reajuste de Preços da Navegação Interior.

A pesquisa técnica objetiva resgatar os conceitos básicos de serviços públicos próprios, principalmente para qualificar a devida intervenção estatal na solução da aparente dicotomia entre liberdade de preços e modicidade tarifária. “O problema regulatório a ser enfrentado envolve a competência da Agência para regular o mercado de transporte aquaviário de forma que propicie um ambiente de competição comercial e de garantia dos direitos dos consumidores”, diz o prefácio do trabalho.

Segundo a ANTAQ, o intuito da pesquisa é contribuir para o aperfeiçoamento das ferramentas de acompanhamento de preços nos serviços públicos autorizados. Os interessados podem acessar os estudos em www.antaq.gov.br, na seção “Navegação”, “Interior”, “Regulação de Preços”.✳

Fonte: ANTAQ

Brasil participa de eventos na IMO

Com uma delegação composta por representantes da Marinha do Brasil (Representação Permanente do Brasil junto à Organização Marítima Internacional - RPBIMO) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos, o Brasil participou da 6ª Sessão do Subcomitê sobre Elemento Humano, Treinamento e Serviço de Quarto (HTW). O evento ocorreu no período de 29 de abril a 3 de maio, na sede da Organização Marítima Internacional (IMO), em Londres.

O Subcomitê HTW trata de questões afetas à Convenção Internacional sobre Normas de Formação, Certificação e Serviço de Quarto de Marítimos (STCW) e aborda assuntos relacionados ao elemento humano no transporte marítimo, incluindo treinamento e

certificação; atualização e revisão de cursos modelo da IMO e orientações relativas a questões tais como fadiga.

Durante a sessão do Subcomitê da IMO, vários assuntos foram discutidos, dentre os quais a atual Revisão Geral da Convenção Internacional sobre Padrões de Instrução, Certificação e Serviço de Quarto para Tripulantes de Embarcações de Pesca 1995 (STCW-F); o desenvolvimento de emendas à Convenção e ao Código STCW para o uso de certificados e documentos eletrônicos de marítimos, entre outros.

Semanas antes, a Diretoria de Portos e Costas (DPC) realizou um fórum para a comunidade marítima com o intuito de divulgar e recolher subsídios para a participação brasileira na 6ª Sessão HTW.

5º Grupo de Trabalho Intersessional

Já no período de 7 a 10 de maio, outra delegação composta por representantes da Marinha do Brasil, do Ministério das Relações Exteriores, da Universidade de São Paulo, da Vale e do Instituto Clima e Sociedade, o Brasil participou do 5º Grupo de Trabalho Intersessional, na IMO. O encontro teve como propósito dar sequência aos trabalhos em prol da implementação da “Estratégia Inicial para a Redução de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) provenientes de Navios”, adotada pela Resolução MEPC. 304(72), em 2018.

Entre os assuntos tratados, destacaram-se a análise de procedimentos para avaliar os impactos nos Estados das medidas para redução da emissão de gases do efeito estufa, a consideração de propostas visando à diminuição da poluição atmosférica causada por navios em curto, médio e longo prazos e demais temas de relevância ambiental.

A DPC foi representada no evento pelo Coordenador da Assessoria para Atividades Marítimas Internacionais, Capitão de Mar e Guerra (RM1) Fernando Alberto Gomes da Costa. ✨

DPC recebe visita de delegação da Guarda Costeira dos EUA

No dia 07 de maio, o Diretor de Portos e Costas (DPC), Vice-Almirante Roberto Gondim Carneiro da Cunha, recebeu a visita da delegação da Guarda Costeira dos Estados Unidos (USCG), composta, entre outros Oficiais, pelo Vice-Comandante para a Área do Atlântico da USCG, Contra-Almirante Todd Sokalzuk, e pelo Adido Militar da USCG junto à Embaixada dos EUA no Brasil, Capitão de Mar e Guerra Pedro Jimenez. O encontro teve como propósito estreitar o relacionamento com os representantes da Autoridade Marítima Brasileira.

Também participaram do evento, o Subchefe de Organização do Comando de Operações Navais (ComOpNav), Contra-Almirante Jeferson Denis Cruz de Medeiros, e demais Oficiais da Marinha do Brasil. Na oportunidade, o Diretor de Portos e Costas realizou uma palestra sobre temas relacionados às atividades desenvolvidas pela Autoridade Marítima Brasileira. Nos EUA, a USCG atua na promoção da segurança marítima, nas tarefas de busca e salvamento, na proteção dos portos, das vias navegáveis, do meio ambiente marinho, dentre outras atividades. ✨



▲ Diretor de Portos e Costas ladeado pelos Oficiais da USCG



▲ Delegação do Brasil no Grupo de Trabalho sobre GEE da IMO

A ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL E O LIXO PLÁSTICO E MICROPLÁSTICO MARINHO

*Por CMG (RM1) Sidney da Silva Pessanha –
Coordenador da Secretaria Executiva da
Comissão Coordenadora dos Assuntos da IMO*

Devido à importância do assunto e ao impacto causado pela divulgação das já famosas fotografias das “ilhas de plástico”, este tema tem sido amplamente debatido em vários fóruns mundiais. As ilhas de plástico são aglomerações de lixo, resultantes de vórtices de correntes marinhas, que podem chegar a ter área total equivalente aos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo somados.

A IMO reconhece a importância de prevenir a poluição por lixo desde a adoção da Convenção de Londres em 1972, do Anexo V da MARPOL em 1988 e do Protocolo de Londres em 1996. O compromisso de estabelecer regras para mitigar o problema foi reforçado pela Assembleia da IMO em sua 30ª sessão, em dezembro de 2017, que exigiu análise mais aprofundada, como parte de uma solução global para o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14, para prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, até 2025.



ESTIMA-SE QUE 80%

do lixo plástico ora existente no mar sejam provenientes do descarte em terra. Uma parcela do lixo lançado em depósitos clandestinos com tratamento indevido, além do lixo despejado diretamente em córregos, rios, praias ou mesmo nas ruas, acaba sendo levada pela ação do vento, chuvas e marés, para os mares e oceanos. O lixo plástico no mar, oriundo de navios e embarcações, tem suas principais origens na atividade pesqueira (perda ou abandono de artefatos de pesca), no descumprimento do Anexo V da MARPOL e em acidentes com perda de contêineres contendo material plástico. Após a dispersão do lixo no mar, sua retirada é praticamente impossível, pois haverá lixo boiando na superfície, suspenso ao longo da coluna d'água e depositado no leito marinho. O lixo plástico

é facilmente confundido como alimento e acaba sendo ingerido pela fauna marinha. Os seres que não morrem devido à ingestão do plástico, absorvem substâncias tóxicas agregadas ao lixo, que entram na cadeia alimentar, podendo chegar aos humanos que os consomem. Estudos recentes revelaram que o sal marinho, extraído pelo processo de evaporação da água do mar, também está vulnerável à poluição por microplástico e pode conter contaminantes.

Fonte: <https://www.wwf.org.br/?70222/Brasil-e-4-pais-do-mundo-que-mais-gera-lixo-plastico>

AS AGÊNCIAS DA ONU

envolvidas com o tema estão estimulando os Estados Membros a redobrar esforços para compartilhar conhecimento e técnicas que minimizem o impacto da poluição

marinha por plásticos e microplásticos.

Em julho de 2018, a 33ª Sessão do Comitê das Pescas (COFI 33), da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), deu continuidade ao seu trabalho para abordar os Artefatos de Pesca Abandonados, Perdidos ou Descartados (Abandoned, Lost or otherwise Discarded Fishing Gear – ALDFG), destacando que devem ser feitos mais esforços para quantificar os impactos dos ALDFG e estabelecer melhores práticas como a recuperação, reciclagem e uso de artefatos biodegradáveis, bem como a redução da pesca fantasma. A COFI 33 acolheu as recomendações de uma consulta técnica e, com a participação da IMO, aprovou as Diretrizes Voluntárias da FAO para Marcação dos Artefatos de Pesca. Foram adotadas diretrizes voluntárias em vez de me-



didadas obrigatórias, considerando a grande diversidade de tipos, tamanhos, configurações e outras características dos artefatos de pesca utilizados no mundo. Além disso, foi considerada a viabilidade e o custo para implementar e fiscalizar esse procedimento de marcação, que devem ser plenamente avaliados antes de serem adotadas medidas obrigatórias, considerando cada artefato de pesca e as circunstâncias nacionais, regionais ou locais.

Fonte: <http://www.fao.org/blogs/blue-growth-blog/towards-voluntary-guidelines-on-marking-fishing-gear/en/>

O COMITÊ DE PROTEÇÃO

ao Meio Ambiente Marinho da IMO, durante sua 73ª sessão (MEPC 73), em outubro de 2018, reconhecendo a urgência

para tratar o problema do lixo plástico marinho proveniente de navios, adotou um Plano de Ação (resolução MEPC.310 (73)). Este Plano de Ação é um mecanismo composto de oito resultados (*outcomes*) e trinta medidas (*measures*) para alcançar esses resultados, de maneira significativa e mensurável. O Plano baseia-se em marcos regulatórios e políticas já existentes e identifica oportunidades para aprimorar essas estruturas e introduzir novas medidas de apoio para abordar a questão. No entanto, algumas delegações presentes manifestaram preocupação quanto ao Plano de Ação conter grande quantidade de trabalho sem uma orientação clara sobre como este progrediria, e que o lixo plástico marinho é um problema em grande escala que requer vontade política e uma resposta ampla, acertada por todas as partes interessadas, a fim de progredir.

AS MEDIDAS DO PLANO

de Ação foram analisadas no MEPC 74, em maio de 2019, e foi verificado que a questão da coleta do lixo nos portos e atracadouros de pesca deveria ser mais abrangente para considerar também o seu armazenamento, o processo de entrega e a necessidade de avaliar tecnologias existentes e emergentes para reciclagem e reutilização de plásticos a bordo. Foi também constatada a insuficiência de capacidade das instalações de recepção portuária para o correto manejo do lixo plástico. As informações sobre a inadequação do mecanismo de recepção portuária, que forem relatadas no GISIS, e os resultados das investigações desses relatórios, deverão ser avaliadas pelo Subcomitê de Implementação dos Instrumentos da IMO (III). As estruturas de preços para receber resíduos de plástico

de navios, como taxa de serviço, devem ser consideradas, com referência a fontes regionais, nacionais e portuárias específicas, além de comparar a eficácia desses esquemas e estruturas. Exemplos de planos de gestão de resíduos portuários deverão ser avaliados para se estabelecer as melhores práticas e o seu papel na adequação de instalações portuárias de recepção.

O MEPC 74 TAMBÉM

instruirá o Subcomitê de Prevenção e Resposta à Poluição da IMO (PPR) a trabalhar, em cooperação com a FAO, para formular propostas de emendas ao Anexo V da MARPOL e às Diretrizes de 2017 para a Implementação do Anexo V da MARPOL (resolução MEPC.295 (71)), a fim de facilitar e melhorar a notificação da perda accidental ou abandono de artefatos de pesca, atualmente previsto na Regra 10.6 do Anexo V da MARPOL.

O *Joint Group of Experts on the Scientific Aspects of Marine Environmental Protection* (GESAMP) informou a recente criação do Grupo de Trabalho sobre fontes de lixo marinho (GESAMP WG 43), co-patrocinado pela FAO e IMO, cujo objetivo é ter uma compreensão mais ampla das fontes de lixo marinho, em particular pelos setores marítimo e pesqueiro, determinar os impactos resultantes de diferentes tipos de lixo marinho, determinar a quantidade de plástico utilizado pelas indústrias de pesca e transporte e ter uma visão geral do gerenciamento de resíduos.

Os órgãos governamentais e os grupos científicos da Convenção e do Protocolo de Londres intensificaram os métodos

para monitorização, avaliação e comunicação sobre fluxos de material dragado e lodo de esgoto, que podem conter contaminantes plásticos. Também foi dada especial atenção ao debate sobre o descarte de embarcações de fibra de vidro, com a contratação de um consultor para coletar informações e identificar as principais lacunas de conhecimento sobre o assunto. O relatório do consultor permitiu concluir: que o material que compõe este tipo de casco pode se fragmentar ou esfolar com a ação do tempo, contribuindo para a poluição marinha; que existe abundância de embarcações abandonadas ou não utilizadas e sem uma orientação para o descarte sustentável; e que a legislação atual não é adequada, exigindo compromisso governamental para abordar a questão.

Por fim, o MEPC 74 aprovou os termos de referência para o estudo a ser conduzido pela IMO, levando em conta o trabalho do GESAMP, FAO, ONU, Organizações Regionais de Gestão das Pescas, a Convenção e o Protocolo de Londres, os Programas e Convenções dos Mares Regionais e outras organizações intergovernamentais, a fim de ampliar o limitado conhecimento atual sobre lixo plástico produzido a partir de navios e embarcações.

NO ÂMBITO NACIONAL,

podemos verificar que o Brasil tem sérios problemas para tratar devidamente o descarte de lixo. O Rio de Janeiro tornou-se

a primeira cidade brasileira a banir o uso de canudos de plásticos. A Lei nº 6.384, de 2018, “obriga os restaurantes, lanchonetes, bares e similares, barracas de praia e vendedores ambulantes do município, a usar e fornecer a seus clientes apenas canudos de papel biodegradável e/ou reciclável”. A Lei Estadual nº 8.006/18, do Rio de Janeiro, “determina que, a partir de 26/06/2019, as grandes redes de supermercado ficam proibidas de distribuir (gratuitamente ou cobrando) sacolas plásticas descartáveis, compostas por polietilenos e/ou similares, devendo substituí-las por sacolas reutilizáveis/retornáveis,



compostas por, no mínimo, 51% de recursos renováveis, como a cana-de-açúcar”. Iniciativas como estas têm pouco efeito prático, mas espera-se que tenham um efeito de conscientização na população. Devido à sua importância comercial e aos hábitos de consumo da humanidade, é praticamente impossível banir completamente o plástico. O interesse comercial pela reciclagem do plástico também é muito baixo. Portanto, alternativas como proibição e reciclagem são pouco efetivas. A principal solução, a curto e médio prazo, é a conscientização para o problema e que o descarte do lixo não degradável seja feito de forma correta, de maneira a não ter como destino final os rios, córregos, baías, mares e oceanos.

Conforme anteriormente mencionado, 80% do lixo plástico marinho provém de terra e, portanto, não estão no escopo do trabalho da IMO, que deverá se concentrar apenas no lixo plástico proveniente de navios e embarcações. Neste sentido, o Sistema de Ensino Profissional Marítimo constitui excepcional recurso para a conscientização da gente do mar (marítimos e pescadores), colaborando decisivamente para a prevenção da poluição hídrica por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio. ☼

FONTE: <https://theconversation.com/marine-debris-biodiversity-impacts-and-potential-solutions-2131>



Alunos da EFOMM juram à Bandeira

No dia 10 de maio, os representantes da Autoridade Marítima Brasileira, Diretor-Geral de Navegação (DGN), Almirante de Esquadra Leonardo Puntel, e o Diretor de Portos e Costas (DPC), Vice-Almirante Roberto Gondim Carneiro da Cunha, estiveram no Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA), em Belém (PA), para participar da Cerimônia de Juramento à Bandeira dos alunos do 1º ano da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM).

O evento foi presidido pelo DGN e contou com a presença do Comandante do 4º Distrito Naval, Vice-Almirante Newton de Almeida Costa Neto, além de autoridades civis, militares e representantes da comunidade marítima.



▲ *Desfile sendo realizado pelo grupamento escolar, no CIABA*

Já no dia 17 de maio, foi a vez do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA) realizar a Cerimônia de Juramento à Bandeira dos 167 alunos brasileiros do 1º ano da EFOMM. O evento foi presidido pelo Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, Almirante de Esquadra Renato Rodrigues Aguiar Freire. Estiveram presentes na cerimônia o Diretor de Portos e Costas, o presidente do Centro de Capitães da Marinha Mercante, Comodoro Álvaro José de Almeida Júnior e o Comandante do CIAGA, Contra-Almirante Amintas da Silva Viamonte,

além de membros da comunidade marítima e familiares dos alunos.

Nas EFOMM são formados Oficiais de Náutica e de Máquinas. Os alunos estudam em regime de internato durante 3 anos, quando, então, seguem para o Estágio de Praticante (PRÉST) a bordo de embarcações mercantes. Ao término do curso, são declarados Bacharéis em Ciências Náuticas (curso de nível superior) e passam a integrar o Quadro de Oficiais da Reserva não remunerada da Marinha do Brasil, no posto de 2º Tenente. ☼



Alunos do CIAGA durante Cerimônia de Juramento à Bandeira





42ª MercNav



▲ Aluno Azevedo acendendo a pira olímpica

Nos dias 24 e 25 de maio, o CIAGA sediou a 42ª MercNav, competição esportiva entre alunos da EFOMM e do Colégio Naval (CN) com o objetivo de incentivar o espírito competitivo entre as duas escolas. Ainda que tenham propósitos distintos, ambas instituições têm em comum a responsabilidade de formar excelentes profissionais em suas respectivas áreas.

Depois de dois dias de acirradas disputas, os atletas do CN levaram para casa o troféu como maior pontuador da competição, que incluiu as seguintes modalidades esportivas: vôlei, vela, atletismo, xadrez, basquete, judô, natação, orientação, remo e futebol.

Na ocasião, o Comandante do CIAGA, Contra-Almirante Amintas da Silva Viamonte, compartilhou com os alunos lembranças do seu tempo de estudos no Colégio Naval, quando também teve a oportunidade de participar de uma MercNav, reforçando a importância que tal evento tem para a formação de caráter dos estudantes. ✨

Processo Seletivo da EFOMM

No dia 30 de maio, a Diretoria de Portos e Costas (DPC) divulgou o Edital Completo do Processo Seletivo de Admissão à Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (PSEFOMM 2020).

Este ano, o processo selecionou candidatos para preencher um total de 180 vagas, 100 vagas para o CIAGA (RJ) e 80 para o CIABA (PA).

O PSEFOMM 2020 constitui-se de quatro etapas, sendo elas: o exame de conhecimento (eliminatória e classificatória), seleção psicofísica (eliminatória), teste de suficiência física (eliminatória) e período de adaptação e verificação de documentos (eliminatória). O período de inscrição iniciou no dia 30 de maio e seguiu até o dia 16 de junho de 2019. A primeira etapa, o exame de conhecimento, ocorreu nos dias 17 e 18 de agosto de 2019. ✨



**WISTA BRAZIL, HÁ TRÊS ANOS VALORIZANDO
PROFISSIONAIS MULHERES NO SETOR MARÍTIMO**





PROTEGENDO NOSSAS RIQUEZAS,
CUIDANDO DA NOSSA GENTE.

www.marinha.mil.br